



ESTADO DE MINAS GERAIS
Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM

| | |
|----------------------------|------------------------------------|
| FEAM | |
| Protocolo nº: 0067748/2012 | FUNDAÇÃO ESTADUAL 286 FL. Nº |
| Divisão: PRO 27/01/12 | MEIO AMBIENTE |
| Mat. _____ | Visto MF |

ADENDO AO PARECER JURÍDICO DE FLS. 280/281

| |
|--------------------------------|
| AUTUADO: GERDAU AÇOMINAS S/A |
| PROCESSO Nº 40/1979/056/2005 |
| AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 2203/2005 |
| NATUREZA DA INFRAÇÃO: GRAVE |
| PORTE: GRANDE |

I – RELATÓRIO

A Gerdau Açominas S/A foi autuada, em 07/04/2005, como incurso no art. 19, § 2º, item 4, do Decreto nº 39.424/1998, alterado pelo Decreto nº 43.127/2002, pela disposição inadequada de resíduos sólidos gerados no processo industrial.

Em vistoria realizada no dia 05/04/2005 às instalações da Cerisa Indústria de Cerâmica I. F. Ltda, foi constatada a utilização de lama de alto-forno proveniente da unidade de Ouro Branco da Gerdau Açominas S/A na produção de tijolos.

Em 29/01/2010, foi aplicada a penalidade de multa no valor de R\$ 21.282,00, fixado no máximo da faixa correspondente, em virtude de reincidência genérica, nos termos do art. 1º, II, c, c/c art. 2º, § 1º, II, da DN COPAM 27/98, alterada pela DN COPAM 27/98 (Fl. 123).

Ressalta-se que o Decreto nº 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.

Portanto, como não havia decisão administrativa definitiva neste processo em 26.6.2008, data da publicação do Decreto nº 44.844/2008, deve ser avaliada a aplicação dos novos valores de multa, se for mais benéfico ao infrator.

Nos termos do Anexo I do art. 83 do Decreto nº 44.844/2008, o valor da multa aplicável neste caso é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que não é mais favorável, tendo sido fixado o valor da multa com base no disposto no Decreto nº 39.424/1998.

A Gerdau interpôs recurso, apreciado no Parecer Jurídico de fls. 280/281.

O processo foi encaminhado para julgamento pela CNR/COPAM, mas retornou à Procuradoria para nova análise.

De fato, é necessário retificar o posicionamento esposado no Parecer Jurídico de fls. 280/281, para afastar a aplicação das duas circunstâncias atenuantes pleiteadas, previstas no art. 68, inciso I, alíneas "i" e "j", como "existência de matas ciliares e nascentes preservadas" e "tratar-se de infrator que detenha certificação ambiental válida, de adesão voluntária, devidamente aprovada pela instituição certificadora".

Na época da ocorrência da infração, essas circunstâncias atenuantes não existiam. Elas foram introduzidas pelo Decreto nº 44.844/2008.

MF



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM


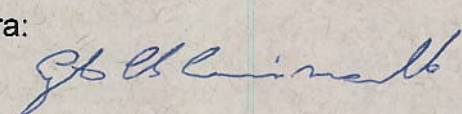
Cumprе ressaltar que o valor da multa foi definido pelo Decreto nº 39.424/1998, por ser mais benéfico ao infrator e não pelo Decreto nº 44.844/2008.

Assim, aplicar valor de multa pelo decreto anterior e incidir redução por circunstâncias atenuantes previstas apenas no novo decreto, implica na mescla de dois regimes jurídicos distintos e criação de um regime jurídico misto ou híbrido, o que se afigura inadmissível e ilegal, pois representaria uma espécie de “lei intermediária”, fruto de verdadeira atividade legislativa. Como afirmou a Ministra Carmen Lúcia no julgamento do RE 575.089, “... querer o melhor do que era antes, melhor do que vem depois, não é possível em detrimento da coisa pública.” (DJ 24/10/2008).

II – CONCLUSÃO

Retifica-se a conclusão do Parecer Jurídico de fls. 280/281, para recomendar à CNR/COPAM o *indeferimento do recurso*, mantida a multa aplicada no valor de R\$ 21.282,00, nos termos do art. 1º, II, c, e art. 2º, § 1º, III, da Deliberação Normativa COPAM nº 27/98, alterada pela DN COPAM nº 64/2003, c/c art. 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2012.

| | |
|--|--|
| Autora: Maria do Carmo Moreira Fraga OAB/MG 72.355 – MASP 1043870-3 | Assinatura:  |
| Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 / MASP 1.120.512-7 | Assinatura:  |